

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2029.

A **Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU**, associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, com sede na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 42.467.787/0001-46, neste ato representado por seu Presidente **Alim R. Maluf Neto**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará processo seletivo, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, regida pela Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DA ABERTURA

1.1. A abertura do certame será na data, hora e local abaixo:

DATA: 30/12/2025.

HORÁRIO: 10h (horário de Brasília)

LOCAL: www.novobbmnet.com.br

- 1.2. Apesar das disposições constantes na plataforma BBMNET, o presente processo seletivo será regido pela Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário.
- 1.3. O Pregão será realizado por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

2. DO EDITAL

- 2.1. O Edital e Anexos encontram-se disponíveis para conhecimento e obtenção pelos interessados no site da CBDU (www.cbdu.org.br), na plataforma BBMNET (www.novobbmnet.com.br) ou por e-mail (selecao@cbdu.org.br).
- 2.2. Todos os horários estabelecidos neste Edital, avisos e durante a Sessão Pública obedecerão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília – DF.
- 2.3. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do processo seletivo na data marcada, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão serão realizados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

3. DO OBJETO

- 3.1. O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência médica, ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e laboratorial destinados aos empregados e dirigentes da CBDU, bem como aos seus respectivos dependentes, conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I.
- 3.2. O plano deverá atender integralmente às normas da ANS, especialmente a Lei nº 9.656/1998 e RN 465/2021.
- 3.3. O número estimado de beneficiários é de 30 vidas, podendo variar conforme movimentação cadastral durante a vigência contratual.
- 3.3.1. O caráter sigiloso do valor estimado para a contratação está fundamentado na Política de Compras da CBDU, com o intuito de propiciar propostas mais econômicas e competitivas no certame.

- 3.3.2. O valor estimado para esta contratação será tornado público apenas e, imediatamente, após o encerramento do envio dos lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES

- 4.1. As especificações encontram-se dispostas no Termo de Referência (Anexo I), devendo aquelas serem observadas rigorosamente quando da elaboração da Proposta Financeira.
- 4.2. Em caso de discordância existente entre as especificações técnicas descritas no sistema BBMNET e as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I), prevalecerão as últimas.

5. DO LOCAL, PRAZO E PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 5.1. As informações quanto ao local, prazo e prestação do serviço encontram-se previstas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar do presente processo seletivo pessoas jurídicas legalmente constituídas e estabelecidas no território nacional, de ramo compatível com o objeto deste certame e que atendam a todas às condições estabelecidas neste edital e seus anexos e que estiverem previamente credenciadas na plataforma de licitações eletrônicas provida pela Bolsa Brasileira de Mercadorias, por meio do sítio eletrônico www.novobbmnet.com.br.
- 6.2 A empresa participante deverá apresentar endereço para correspondência eletrônica, através do qual serão feitas preferencialmente as comunicações oficiais, tendo a empresa o dever de mantê-lo atualizado e verificá-lo periodicamente. O envio de correspondência eletrônica terá validade para efeitos de contagem de prazos para todos os fins deste edital, bem como do contrato ou outro documento equivalente, conforme o caso.
- 6.3 Como requisito para a participação neste Pregão, a empresa participante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que:
- cumprir plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital e seus Anexos;
 - não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB, Art.7º, inciso XXXIII;
 - não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto no art. 1º, III e IV, e no art. 5º, III, todos da CRFB;
 - inexistam fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - a proposta foi elaborada de forma independente; e
 - o serviço é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 6.4 Estarão impedidas de participar deste processo seletivo pessoas jurídicas que:
- não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- b) estejam suspensas de participar de processos seletivos de contratação ou contratar com CBDU, suas Sociedades, Associações e Entidades Nacionais de Administração do Desporto Olímpico a ele filiadas, durante o prazo da sanção aplicada;
 - c) incidam em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece as hipóteses em que as pessoas jurídicas não podem se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI;
 - d) sejam entidades estrangeiras ou sociedade que não funcionem no país;
 - e) cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente nem compatível com o objeto deste Pregão;
 - f) estejam sob decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
 - g) consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - h) empregados da CBDU.
- 6.5 A participação no certame de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.
- 6.6 É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de uma empresa participante no presente processo seletivo.
- 6.7 Cada empresa participante apresentará uma só proposta, de acordo com as exigências deste Edital.
- 6.8 A empresa participante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do processo seletivo.
- 6.9 O CNPJ apresentado pela empresa participante para sua habilitação será, obrigatoriamente, o mesmo a emitir a nota fiscal/fatura correspondente ao fornecimento dos produtos.
- 6.10 A participação no presente processo seletivo implica na aceitação integral e irrevogável dos termos e condições deste instrumento convocatório, dos seus anexos e das normas técnicas gerais ou especiais pertinentes ao objeto deste processo, quanto a prazo de entrega e de validade das propostas e da forma de pagamento.

7. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 7.1. Qualquer pessoa física ou jurídica, até 03 (três) dias úteis anterior à data fixada para a abertura da sessão pública poderá solicitar ESCLARECIMENTOS e/ou IMPUGNAR o presente processo seletivo, **exclusivamente** através da plataforma da BBMNET.
- 7.2. O prazo indicado no subitem 7.1 é decadencial e as petições protocoladas após o prazo serão consideradas intempestivas.
- 7.3. As respostas aos esclarecimentos e às impugnações apresentadas serão divulgadas pelo sistema eletrônico e vincularão os participantes e a CBDU.
- 7.4. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre interessados e a Pregoeira, membros da Equipe de Apoio e demais empregados da CBDU.

- 7.5. Eventuais modificações no Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

8. DO CREDENCIAMENTO

- 8.1 Para participar deste Pregão, a empresa participante deverá credenciar-se na plataforma de licitações eletrônicas provida pela Bolsa Brasileira de Mercadorias, por meio do sítio eletrônico www.novobbmnet.com.br.
- 8.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, pelo qual poderão também informar-se a respeito do seu funcionamento.
- a) O uso da senha de acesso pela empresa é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante. Não caberá ao provedor do Sistema ou a CBDU responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- b) A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- c) A CBDU não é unidade cadastradora do Sistema Eletrônico. As empresas interessadas em participar do processo seletivo deverão verificar no site da BBMNET as unidades cadastradoras do sistema para a entrega da documentação pertinente.
- 8.1.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da empresa participante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 8.1.3. Caberá às empresas participantes responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da CBDU por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 9.1. As empresas participantes deverão cadastrar, exclusivamente por meio do sistema, em campo próprio, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, sem identificação, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 9.1.1. Até o horário marcado para abertura da sessão, as empresas participantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 9.2. A elaboração da proposta financeira é de inteira responsabilidade da empresa participante, não lhe cabendo a desistência, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital e/ou na Política de Compras da CBDU.
- 9.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas financeiras serão de responsabilidade exclusiva da empresa participante, não cabendo qualquer responsabilidade à CBDU, inclusive pelas transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ou de eventual desconexão.
- 9.4. A apresentação da proposta financeira implicará em plena aceitação, por parte da empresa participante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

- 9.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 9.6. É facultada, em qualquer fase deste processo seletivo, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Nos casos de erros formais, vícios sanáveis, é obrigatória a realização da diligência.
- 9.7. Quaisquer inserções que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão neste Edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se na proposta o que não for conflitante com as disposições aqui contidas

10. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 10.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data, hora e no sítio eletrônico indicados no preâmbulo deste Edital, por comando do Pregoeiro.
- 10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as empresas participantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 10.3. Caberá à empresa participante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 11.1. O Pregoeiro verificará as propostas cadastradas, desclassificando fundamentadamente e com registro no sistema aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 11.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, as quais participarão da fase de lance, iniciando-se a fase competitiva.
- 11.3. Será desclassificada a proposta cadastrada **que identifique a empresa participante antes da fase de lances**.

12. DA FASE COMPETITIVA

- 12.1. Iniciada a etapa competitiva, as empresas participantes com propostas aceitas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e do valor do lance.
- 12.2. As empresas poderão, durante o horário fixado para o recebimento de lances, oferecer lances sucessivos, com valores inferiores ao último por eles ofertados e registrados no sistema, observados o horário fixado para abertura da sessão e regras estabelecidas neste Edital.
- 12.3. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva responsabilidade da empresa participante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 12.4. Durante o transcurso da sessão pública deste Pregão, as participantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais, vedada a identificação do detentor do lance
- 12.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da sessão de lances do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às empresas participantes para a oferta

dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

- 12.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão de lances do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 12.7. Neste Pregão, o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no art. 22, inciso I da Política de Compras da CBDU.
- 12.8. Caso a empresa participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ela ofertado, para efeito de ordenação das propostas

13. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 13.1. O critério de julgamento das propostas será o **menor preço global**.
- 13.2. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar quanto ao preço, bem como quanto ao cumprimento da especificação do objeto.
- 13.3. Não será aceita proposta ou lance em valor superior ao estimado. Se o valor da proposta ou do lance final for superior ao valor estimado, o(a) Pregoeiro(a) convocará a empresa participante para adequar a sua oferta em valor igual ou inferior ao do estimado.
- 13.3.1. Caso a empresa participante não aceite, será desclassificada e convocada a empresa participante subsequente.

14. DA NEGOCIAÇÃO

- 14.1. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá solicitar contraproposta diretamente à empresa participante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observando o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação. Não será admitido negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 14.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais empresas participantes.

15. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 15.1. O Pregoeiro convocará a empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar para enviar a Proposta Financeira adequada ao último lance.
- 15.1.1. A empresa participante deverá encaminhar a documentação por meio da plataforma do sistema eletrônico em arquivo único, no prazo de até 01 (uma) hora, sob pena de não aceitação da documentação.
- 15.2. A empresa convocada deverá informar ao Pregoeiro, dentro do prazo previsto no subitem 15.1.1, caso enfrente dificuldade em atender à convocação. Neste caso, ser-lhe-á concedido um prazo adicional a critério do Pregoeiro.
- 15.2.1. Excepcionalmente, o Pregoeiro poderá disponibilizar e-mail institucional (selecao@cbdu.org.br), caso a empresa tenha dificuldades em anexar os arquivos ao sistema ou este não comporte o tamanho necessário.
- 15.2.2. As demais empresas participantes da sessão poderão solicitar ao Pregoeiro vistas aos arquivos enviados, nos termos do subitem anterior, somente pelo e-mail institucional

selecao@cbdu.org.br, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos após encerrado o prazo de envio da documentação.

- 15.3. Encerrado o prazo do subitem anterior, as vistas dos autos seguirão o descrito no subitem 17.12 deste Edital.
- 15.4. A proposta financeira a ser encaminhada após finalizada a fase de lances deverá conter as seguintes informações:
 - a) prazo de validade, não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;
 - b) preços unitário e total, de acordo com as quantidades e os lances ofertados, em algarismos e por extenso (total), expressos em moeda corrente nacional (R\$). Vale destacar que a empresa deverá fazer constar apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Os valores ofertados não poderão conter dízimas;
 - c) declaração expressa, assinada pelo representante legal da empresa, de estarem inclusos nos preços propostos, material, taxas, fretes, impostos, seguros, tributos, transportes, encargos sociais e outras despesas vinculadas direta e indiretamente ao objeto deste Edital. Na falta de tal declaração, serão consideradas inclusas nos preços todas e quaisquer despesas necessárias e suficientes, oriundas do objeto deste processo seletivo.
 - d) o número deste processo seletivo, razão social da empresa participante, número de CNPJ, telefone, e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP; dados bancários para fins de pagamento, com a indicação do nome e número do banco, agência e conta corrente de titularidade da empresa participante, vinculada ao CNPJ constante da proposta;
 - e) descrição detalhada, de acordo com as especificações contidas nos Anexos deste Edital;
- 15.5. Somente será aceita Proposta Financeira em papel timbrado da empresa participante, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa ou por seu procurador.
- 15.6. Caso o(a) Pregoeiro(a) interrompa a sessão na fluência do prazo de envio de proposta readequada ou documentos complementares, a contagem do referido prazo ficará suspensa até que a sessão seja retomada.
- 15.7. Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que o processo seletivo tenha sido homologado, adjudicado e o contrato ou outro documento equivalente assinado, esta fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal da empresa participante, na data do vencimento da proposta financeira, caracterizando seu declínio em continuar no processo seletivo.
- 15.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como catálogos, folhetos, manuais ou prospectos, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu posterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 15.9. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados de tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado e deverão ser devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e

Documentos.

- 15.10. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 15.11. Os documentos remetidos por meio do sistema eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
- 15.12. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Compras, na Sede da CBDU, localizada no SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054.
- 15.13. Os documentos emitidos por cartório online poderão ser apresentados, desde que acompanhados de seus respectivos certificados digitais para conferência do Pregoeiro.
- 15.14. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da empresa participante, formulada antes do fim do prazo estabelecido e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 15.15. Verificar-se-á a conformidade da proposta com as exigências deste Edital, em relação às especificações técnicas, ao preço final ofertado, e, caso solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), aos documentos complementares encaminhados em via eletrônica, dentro do prazo concedido pela Pregoeira.
- 15.16. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar manifestação ou parecer de técnicos pertencentes ao quadro da CBDU ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele a fim de orientar sua decisão quanto à adequação da proposta aos requisitos técnicos fixados neste Edital.
- 15.17. Erros e omissões existentes na proposta de preços poderão ser retificados pela empresa participante, após solicitação e/ou consentimento do(a) Pregoeiro(a), desde que o preço final ofertado não sofra acréscimo.
- 15.18. Poderá ser desclassificada a proposta de preços manifestamente inexequíveis.
- 15.18.1. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor total quanto os valores unitários estimados.

Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.
- 15.18.2. Caso o Pregoeiro entenda que o preço é inexequível, com base na realidade do mercado, deverá estabelecer prazo para que a empresa demonstre a exequibilidade de seu preço.
- 15.19. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 15.20. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a produtos e instalações de propriedade da própria empresa participante, para os quais ela renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.
- 15.21. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

- 15.22. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta motivadamente e passar à subsequente, poderá negociar com a empresa participante para que seja obtido preço melhor.
- 15.23. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais empresas participantes.
- 15.24. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para sua continuidade.
- 15.25. Para fins de julgamento das propostas, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, em se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

16. DA HABILITAÇÃO

- 16.1. A empresa classificada em primeiro lugar será convocada para apresentar a documentação de habilitação que deverá ser anexada na plataforma, dentro do prazo previsto no subitem 15.1.1.
 - 16.1.1. Caso enfrente dificuldade em atender à convocação, deverá comunicar o Pregoeiro. Neste caso, ser-lhe-á concedido um prazo adicional a critério do Pregoeiro.
 - 16.1.1.1. Excepcionalmente, o Pregoeiro poderá disponibilizar e-mail institucional (selecao@cbdu.org.br), caso a empresa tenha dificuldades em anexar os arquivos ao sistema ou este não comporte o tamanho necessário.
 - 16.1.1.2. As demais empresas participantes da sessão poderão solicitar ao Pregoeiro vistas aos arquivos enviados, nos termos do subitem anterior, somente pelo e-mail institucional selecao@cbdu.org.br, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos após encerrado o prazo de envio da documentação.
 - 16.1.2. Encerrado o prazo do subitem anterior, as vistas dos autos seguirão o descrito no subitem 17.12 deste Edital.
- 16.2. Para fins de habilitação ao processo seletivo, as empresas participantes deverão apresentar os seguintes documentos:

16.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) cédula de identidade do representante legal da empresa ou de seu procurador, quando este for o signatário da proposta;
- b) prova de registro no órgão competente, no caso de empresário individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, compatível com o objeto deste processo seletivo, devidamente registrado no órgão competente; e
- d) ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado.

16.2.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste processo seletivo;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e a Municipal do

domicílio ou da sede da empresa participante;

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

16.2.2.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão anexar ao sistema eletrônico a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar n. 123, de 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

16.2.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da CBDU, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela LC 147/2014;

16.2.2.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à CBDU convocar as empresas participantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou outro documento equivalente, ou revogar o processo seletivo.

16.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial**, expedida pelo cartório distribuidor da Sede da empresa participante, dentro do prazo de validade indicado no documento, ou datada dos últimos 180 (cento e oitenta) dias, se a validade não estiver expressa na certidão.

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao último exercício social, apresentados na forma da lei, que comprovem a situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b.1) os Balanços e as Demonstrações Contábeis deverão ser assinados por contador ou contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC;

b.2) o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis, no caso de pessoas jurídicas enquadradas ou que utilizam o SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), deverão ser apresentados através das demonstrações impressas a partir do SPED, acompanhadas da comprovação da entrega dos arquivos magnéticos perante a Receita Federal;

b.3) quando o Balanço Patrimonial apresentado for cópia do Diário Oficial, não há necessidade da assinatura do contador na cópia da publicação

c) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

d) A comprovação de boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG, e Liquidez Corrente - LC, superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$

Solvência Geral (SG) = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$

Liquidez Corrente (LC) = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

- e) As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, quando de sua habilitação, deverão comprovar, considerando os riscos para a CBDU, Capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, no valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total do objeto a ser contratado, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais;
- f) As empresas com menos de 01 (um) exercício financeiro, devem cumprir a exigência deste subitem mediante a apresentação do Balanço de Abertura.

16.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovante da regularidade da situação cadastral relativo à autorização de funcionamento na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
 - b) 03 (três) ou mais atestados de capacidade técnica expedido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que executa ou executou prestação de serviço compatível com as características e quantidades previstas neste instrumento.
 - b.1) Os atestados devem conter o nome, endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio com o qual a Instituição possa valer-se para manter contato com a(s) pessoa(s) declarante(s).
 - c) Comprovação que a classificação mais recente quanto ao IDSS (Índice de Desempenho da Saúde Suplementar), se calculado e divulgado pela ANS, seja igual ou superior a 0,6 para os planos descritos neste documento. Será aceita a comprovação documental oficial da classificação ou a pesquisa na página da ANS.
- 16.3. A proponente disponibilizará, caso solicitado pelo pregoeiro(a), todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que lastreou a contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 16.4. As empresas participantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:
- a) Ficha de cadastro, conforme modelo – Anexo VII.
 - b) Declaração de que a empresa possui implementado Manual de Compliance e Controle Interno, as empresas que não possuírem manual de Compliance implementado, deverão apresentar declaração informando que não o possui – Anexo VIII.
- 16.5. A ausência das declarações indicadas no subitem 16.4, não resultará em desclassificação.
- 16.6. Caso a empresa esteja com algum documento ou informação vencida ou não atualizada, ser-lhe-á assegurado o direito de encaminhar, na própria sessão, a documentação atualizada.
- 16.7. As documentações supracitadas deverão ser apresentadas na forma da lei vigente.
- 16.8. Documentos ou certidões que não contenham prazo de validade terão eficácia de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua emissão.

- 16.9. O (A) Pregoeiro(a) se reserva o direito de promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da lei, diligenciando contratos, editais, termos de referência, declarações, certidões, notas fiscais, dentre outros. No caso de documentos extraídos da internet, será facultado ao Pregoeiro realizar pesquisa para efeito de confirmação da veracidade ou validade desses.
- 16.9.1. A empresa participante fica obrigada a fornecer todos os esclarecimentos e informações que se façam necessários para que a CBDU se certifique da veracidade e autenticidade do conteúdo apresentado na documentação exigida no certame.
- 16.10. No caso de atestados de capacidade técnica, a recusa do emitente em prestar esclarecimentos e informações ou em fornecer documentos comprobatórios etc., desconstituí-lo-á e poderá configurar prática de falsidade ideológica.
- 16.11. Ensejará a inabilitação da empresa caso não seja possível a confirmação ou sejam insuficientes as informações quanto à regularidade fiscal da empresa participante obtidas através de diligências via internet.
- 16.12. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos neste Edital.
- 16.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros, falhas ou omissões que não alterem a substância das propostas ou dos documentos e a sua validade jurídica, desde que devidamente justificado.
- 16.14. Caso não tenham sido atendidas as exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) declarará a empresa participante inabilitada e convocará a autora do melhor preço subsequente, dentre as empresas participantes classificadas, repetindo os procedimentos, até que se logre a habilitação da empresa participante que tenha atendido todas as exigências para essa finalidade.
- 16.15. É de exclusiva responsabilidade das empresas participantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.
- 16.16. Será inabilitada a empresa participante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 16.17. A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos do processo administrativo e não será devolvida à empresa participante.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 17.1. Após a inclusão da ficha técnica/proposta, o sistema concederá o prazo de 5 minutos para as empresas participantes manifestarem intenção de recurso, referente à proposta.
- 17.1.1. Haverá uma nova oportunidade na fase de Manifestação de Recurso, quando da fase de habilitação.
- 17.2. Declarado o vencedor, qualquer empresa participante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.
- 17.2.1. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou rejeitando-a, motivadamente, em campo próprio do sistema eletrônico. Nesse momento o (a) Pregoeiro (a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

- 17.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias úteis, exclusivamente em campo próprio do sistema eletrônico.
- 17.4. As demais empresas participantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, via sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data final do prazo da recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 17.5. A ausência de manifestação imediata e motivada da empresa participante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto neste Título, importará na decadência desse direito, e o(a) Pregoeiro(a) estará autorizado(a) a adjudicar o objeto à empresa participante declarada vencedora.
- 17.6. O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo, nos casos de julgamento da proposta e habilitação ou inabilitação da empresa participante, nos termos da Política de Compras da CBDU.
- 17.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.
- 17.8. Caso não reconsidere sua decisão, o(a) Pregoeiro(a) submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade competente para fins de decisão.
- 17.9. Em caso de não ser aceita a manifestação quanto à intenção de recurso, por falta de fundamentação, ou se não ocorrerem manifestações formais no sentido de interpor recurso, caberá ao (a) Pregoeiro(a) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente para homologação.
- 17.10. Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo seletivo.
- 17.11. Não serão conhecidos os recursos interpostos, sem manifestação prévia, em formulário próprio, no ato da sessão pública e, fora dos respectivos prazos legais, bem como os que não contiverem a identificação ou assinatura do responsável legal ou representante da empresa.
- 17.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da CBDU, no seguinte endereço: SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, no horário das 9h às 17h30, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.
- 17.13. Caso a empresa classificada em primeiro lugar seja desclassificada, depois de julgados os recursos interpostos e até a homologação/adjudicação do processo seletivo, será procedida a chamada das empresas remanescentes, na ordem de classificação, para que a segunda classificada, desde que preencha as condições de habilitação, seja declarada vencedora, nas condições de sua proposta financeira.

18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 18.1. O objeto deste Pregão será adjudicado às vencedoras pelo (a) Pregoeiro(a), salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Presidente da CBDU.
- 18.2. A homologação deste Pregão compete ao Presidente da CBDU.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 19.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento dar-se-a conforme disposto no Termo de Referência.

21. DA SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. A empresa que atrapalhar o andamento do certame, a exemplo de não responder aos chamados no chat ou não enviar a documentação exigida pelo Pregoeiro, será desclassificada e poderá estar sujeita à advertência, cumulada ou não com multa de até 3% (três por cento) do valor estimado para a presente contratação, a depender da gravidade da conduta da empresa.

21.1.1. No caso de aplicação da penalidade mencionada no subitem anterior, a empresa será notificada para apresentar defesa, em obediência ao princípio do contraditório.

21.2. A empresa participante que recusar, injustificadamente, em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracterizara o descumprimento total da obrigação assumida e poderá sujeitar-se às seguintes penalidades:

- a) Perda do direito à contratação;
- b) Perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias de propostas oferecidas, quando for o caso, sem prejuízo de outras penalidades previstas;
- c) Suspensão do direito de participar dos processos seletivos ou contratar com a CBDU, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

21.3. A empresa perderá o direito de contratar com a CBDU nas seguintes hipóteses:

- a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo seletivo ou prestar declaração falsa durante o processo ou a execução do contrato;
- b) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- c) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo seletivo; e
- d) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

21.4. Em caso de inexecução total, parcial, ou qualquer outra inadimplência, sem motivo de força maior, a contratada estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:

I. Por atraso injustificado:

- a) multa de 1% (um por cento) ao dia de atraso, até o 30º (trigésimo) dia, incidente sobre o valor do contrato, limitado esse percentual a 10% (dez por cento); e
- b) multa de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, incidente sobre o valor do contrato, sem prejuízo da rescisão deste a partir do 40º (quadragésimo) dia de atraso.

II. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CBDU poderá aplicar à futura Contratada as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações consideradas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Confederação;
- b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato; e

- c) Suspensão temporária de participar em processo seletivo e impedimento de contratar com a CBDU, por um prazo de até 2 (dois) anos, quando não mantiver a Proposta Financeira, apresentar declaração ou documentos falsos ou por reincidência de penalidade aplicada anteriormente.

- 21.5. As multas estabelecidas são independentes e terão aplicação cumulativa e consecutivamente, de acordo com as normas que regem a licitação, mas somente serão definitivas depois de exaurida a fase de defesa prévia da Contratada.
- 21.6. Quando não pagos em dinheiro pela Contratada, os valores das multas aplicadas serão deduzidos dos pagamentos devidos e, quando for o caso, cobrados judicialmente.
- 21.7. Quando se tratar de inexecução parcial, o valor da multa será proporcional ao valor do produto que deixou de ser entregue.
- 21.8. Em caso de reincidência por atraso injustificado será a futura Contratada penalizada nos termos da Política de Compras da CBDU.

22. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 22.1. A CBDU declara que todos os dados pessoais coletados para os fins da execução deste edital serão tratados em conformidade com os princípios e direitos previstos pela Lei Federal n. 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados") e com a Política Interna de Proteção de Dados da CBDU.
- 22.1.1. O tratamento dos dados pessoais coletados será realizado pelo período que durar a vigência do Edital, após o qual serão permanentemente excluídos.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da empresa vencedora, farão parte integrante do contrato ou outro documento equivalente, independentemente de transcrição.
- 23.1.1. As exigências previstas no Termo de Referência e seus anexos, não elencadas para a aceitabilidade de proposta de preço e a habilitação da empresa participante, deste edital, não serão levadas a efeito para fins de processo seletivo, podendo a CBDU solicitar-lhes o cumprimento como condição de contratação.
- 23.2. A CBDU reserva-se o direito de revogar ou cancelar o presente processo seletivo na forma prevista em lei, sem que caiba à(s) empresa(s) direito à indenização ou reclamação de qualquer espécie.
- 23.3. O Pregoeiro, a qualquer tempo, antes da data de apresentação das propostas, poderá proceder às alterações concernentes a este processo seletivo, enviando o correspondente adendo aos interessados que tenham retirado o Edital e proceder a sua publicação no site da CBDU e na plataforma da BBMNET. Também é facultado ao Pregoeiro, caso necessário, prorrogar a data de abertura do certame.
- 23.4. Sob nenhum pretexto serão recebidas propostas em desacordo com o Edital, seus Anexos e adendos, caso existam, bem como aquelas que não forem entregues conforme as normas de apresentação e prazos ali determinados.
- 23.5. Na contagem dos prazos estabelecidos, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento.
- 23.6. A participação neste processo seletivo implica conhecimento e aceitação integral deste Edital, seus Anexos e adendos, caso haja, bem como a observância de regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

- 23.7. A empresa participante que apresentar proposta estará vinculada a ela e se responsabilizará pelo fornecimento e/ou prestação do serviço nas condições oferecidas.
- 23.8. É facultado ao Pregoeiro suspender a sessão sempre que necessário, devendo informar as razões da suspensão às empresas participantes, sempre que possível.
- 23.9. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

24. ANEXOS

- 24.1. São partes integrantes deste Edital os anexos abaixo:

Anexo I	Termo de referência
Anexo II	Planilha de composição de preços (Modelo de proposta)
Anexo III	Modelo de declaração de enquadramento como ME/EPP/MEI
Anexo IV	Modelo de atestado de capacidade técnica
Anexo V	Ficha de cadastro do fornecedor
Anexo VI	Modelo de declaração de implementação de manual de compliance
Anexo VII	Minuta do Contrato

25. DO FORO

- 25.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Brasília/DF, 17 de dezembro de 2025.

Alim Maluf Neto

Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Universitário

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2029

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência médica, ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e laboratorial destinados aos empregados e dirigentes da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

(Arquivo digital à parte)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2029

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência médica, ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e laboratorial destinados aos empregados e dirigentes da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.

ANEXO II – MODELO PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Pela presente, submetemos à apreciação, a nossa proposta de preço relativa ao processo seletivo em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma, bem como concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital, e declaramos, ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os serviços e/ou fornecimento dos produtos, e que atendemos plenamente às exigências de habilitação.

DADOS DA EMPRESA:

- RAZÃO SOCIAL:
- CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
- REPRESENTANTE E CARGO:
- CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:
- ENDEREÇO e TELEFONE

Nº	Item	Quant.	Un.	Valor mensal	Valor anual
1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência médica, ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e laboratorial destinados aos empregados e dirigentes da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU. Valor mensal para 30 vidas	1	Serviço		

Obs.: A proposta deverá conter obrigatoriamente **VALOR UNITÁRIO e VALOR TOTAL.**

CONDIÇÕES GERAIS

- Nos valores acima elencados e para a apresentação desta proposta, foram consideradas todas as informações e condições constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº. XX/2025 e seus Anexos.
- A empresa declara também que a proposta contempla, ainda, quaisquer materiais, serviços e seguros indispensáveis à execução dos serviços aqui descritos, inclusive aqueles que porventura não estejam identificados nesta proposta.
- A proponente DECLARA ainda, para os fins de direito, caso seja declarada vencedora do certame e celebrado o respectivo contrato, ou documento equivalente, que se compromete a observar a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança e saúde do trabalho, responsabilizando-se pela formalização e registro contratuais e pela previsão de gastos com meio ambiente do trabalho, incluindo equipamentos de proteção.
- DECLARA que dispõe ou disponibilizará de instalações adequadas, material, pessoal

capacitado (equipe técnica), equipamentos complementares e veículos suficientes (com reservas em caso de intercorrências) para execução do serviço no prazo desejado.

5. O valor constante da Proposta Financeira está de acordo com os preços praticados no mercado e foram considerados todos os custos diretos e indiretos, inclusive frete, tributos e/ou taxas, impostos, encargos sociais e trabalhistas incidentes, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.
6. Prazo de validade da proposta:
7. Dados Bancários: Banco: Agência nº: Conta Corrente nº:

A proponente declara que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE
(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

(este documento deverá ser impresso em papel timbrado da empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2029

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência médica, ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e laboratorial destinados aos empregados e dirigentes da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.

ANEXO III - MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(este documento deverá ser impresso em papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A pessoa jurídica _____, com endereço na _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, por seu representante legal infra-assinado, Sr./Sr.^a _____, RG nº _____, CPF nº _____, em cumprimento ao disposto na Política de Compras da CBDU, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que cumpre plenamente os requisitos legais para qualificação como **Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI**, portanto, apta a participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025** e usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Brasília, ____ de _____ de 2025.

Assinatura, qualificação e carimbo (opcional)

- Representante Legal -

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2029

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência médica, ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e laboratorial destinados aos empregados e dirigentes da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.

ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO (OU DECLARAÇÃO) DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos (ou declaramos) que a empresa _____,
inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____,
estabelecida no (a) _____, fornece (ou
forneceu) _____ para este órgão (ou para esta empresa).

Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.


Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2029

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência médica, ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e laboratorial destinados aos empregados e dirigentes da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.

ANEXO V - FICHA DE CADASTRO DE FORNECEDOR

	CADASTRO DE FORNECEDOR		
Fornecedor: () Bens () Serviços () Ambos			
CNPJ/CPF:			
Razão Social:			
Endereço:			
Bairro:			
Cidade:		UF:	
CEP:			
Telefone:			
FAX:			
E-mail:			
Responsável para Contato:			
Telefone do Responsável:			
E-mail do Responsável:			
Banco:		Agencia: Conta Corrente:	
Inscrição Estadual:			
Inscrição Municipal:			
Atividade Econômica:			
Cooperativa: () Sim () Não			
<div style="text-align: center;">Empresa Simples ou Retenções?</div>			

Empresa Simples: Sim Não

(se sim, favor anexar a NF carta optante) (se não, preencher OS campos abaixo:)

INSS:	Sim	Não	Isento-Nº Inscrição
-------	-----	-----	---------------------

ISS:	Sim	Não
------	-----	-----

IR:	Sim	Não
-----	-----	-----

PIS:	Sim	Não
------	-----	-----

COFINS:	Sim	Não
---------	-----	-----

CSLL	Sim	Não
------	-----	-----

Outras:

OBS:

Declaro serem verídicas as informações acima.

Assinatura e nome do representante legal:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2029

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência médica, ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e laboratorial destinados aos empregados e dirigentes da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.

(este documento deverá ser impresso em papel timbrado da empresa)

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO

Local, data.

DECLARAÇÃO DE MANUAL DE COMPLIANCE

A empresa XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, sociedade limitada/anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na xxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr. (nome do profissional), inscrito no CPF sob o nº (número do CPF), vem, através da presente declarar que possui () manual de compliance (política anticorrupção) implementado junto a funcionários e colaboradores ou, () não possui manual de compliance implementado junto a funcionários e colaboradores.

Representante Legal

(Nome e cargo do representante legal da empresa)

Nome da Empresa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2029

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência médica, ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e laboratorial destinados aos empregados e dirigentes da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO Nº XX/2025

Pelo presente instrumento, a **Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU**, associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 42.467.787/0001-46, com sede na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, , doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente **ALIM R. MALUF NETO** de um lado, e do outro, a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com Inscrição Estadual n.º XX.XXX.XXX, estabelecida no (endereço), (Estado/UF), CEP XX.XXX.XXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Carteira de Identidade n.º XX.XXX.XXX, SSP/UF, inscrito no CPF sob o n.º XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado no (Estado/UF), resolvem firmar o presente Instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência médica, hospitalar com obstetrícia, ambulatorial e laboratorial, por meio de plano de saúde coletivo empresarial, com abrangência nacional, sem coparticipação e sem carência, destinado aos empregados celetistas, dirigentes e dependentes da CBDU, nos termos do Termo de Referência – Anexo I.

§ 1º O plano contratado deverá atender, no mínimo:

- I – cobertura integral dos procedimentos previstos no Rol da ANS;
- II – atendimento ambulatorial e hospitalar, inclusive urgências e emergências;
- III – internações clínicas, cirúrgicas, obstétricas e em UTI, sem limite;
- IV – terapias, exames, remoções, consultas e demais itens especificados no Termo de Referência.

§ 2º Todos os produtos ofertados deverão estar devidamente registrados na ANS, sendo condição essencial para assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Integram este Contrato, independentemente de transcrição:

- I – Edital do Processo Seletivo (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2029) e seus anexos;
- II – Termo de Referência – Anexo I;
- III – Proposta Comercial da CONTRATADA;
- IV – demais documentos apresentados no certame.

Parágrafo único. A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento das disposições constantes no Instrumento Convocatório, não podendo alegar desconhecimento de quaisquer condições nele previstas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores mensais por beneficiário, conforme a Proposta Financeira e as faixas etárias vigentes.

§ 1º Os valores contratados incluem todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, tais como tributos, encargos trabalhistas, taxas, despesas operacionais, suporte, sistemas e demais componentes vinculados à prestação.

§ 2º A prestação dos serviços seguirá integralmente as condições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE, além das previstas no Termo de Referência:

- a) realizar pagamento das faturas nos prazos pactuados;
- b) fiscalizar a execução contratual;
- c) comunicar prontamente irregularidades;
- d) fornecer informações necessárias à gestão do plano;
- e) proceder às inclusões e exclusões mediante solicitação dos beneficiários, nos termos do TR.

Parágrafo único. A CONTRATANTE não responderá por obrigações assumidas pela CONTRATADA perante terceiros, nem por danos decorrentes de atos de seus empregados, prepostos ou credenciados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá a Contratada, a partir da autorização para prestação dos serviços, o cumprimento das obrigações previstas do Termo de Referência e ainda:

- a) manter rede credenciada compatível com a abrangência e coberturas contratadas, conforme TR;
- b) garantir implantação do plano em até **30 dias** após assinatura, sem cobrança de valores no período de implantação;
- c) fornecer carteiras físicas (quando solicitadas) e digitais;
- d) disponibilizar sistema eletrônico para movimentação cadastral e acompanhamento de faturas;
- e) comunicar formalmente negativas de autorização, conforme RN 395/2016;
- f) garantir atendimento nacional sem carências nem coparticipações;
- g) manter registro ativo dos produtos na ANS;
- h) assumir integral responsabilidade por danos decorrentes da execução, conforme Edital.

§ 1º A CONTRATADA se compromete ainda a:

- a. observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando à legislação brasileira anticorrupção, a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro;
- b. garantir que não está envolvida ou irá se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores,

- consultores, partes relacionadas, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção;
- c. garantir que não se encontra, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, direta ou indiretamente;
 - d. sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção;
 - e. no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foi condenada ou indiciada sob a acusação de corrupção ou suborno;
 - f. suspeita de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro por qualquer entidade governamental;
 - g. sujeita à restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental;
 - h. garantir que, direta ou indiretamente, não irá receber, transferir, manter, usar ou esconder recursos que decorram de qualquer atividade ilícita, bem como não irá contratar como empregado ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção, de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e terrorismo;
 - i. notificar prontamente, por escrito, a CBDU a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista neste item.

§ 2º O não cumprimento pela CONTRATADA das leis anticorrupção e/ou do disposto neste item será considerado uma infração grave ao contrato a ser efetivado e conferirá à CONTRATANTE o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o CONTRATO, sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a participante responsável por eventuais perdas e danos.

§ 3º Em hipótese alguma haverá vínculo empregatício entre os profissionais envolvidos na execução dos trabalhos decorrentes deste Contrato e o CONTRATANTE, quer sejam prestadores de serviços, empregados, prepostos da CONTRATADA ou por qualquer forma por ela credenciados ou autorizados, permanecendo os mesmos vinculados às pessoas jurídicas às quais estejam subordinados.

§ 4º Não obstante a total desvinculação trabalhista explicitada no item acima, na hipótese de ocorrer qualquer demanda por parte de empregados da CONTRATADA diretamente contra o CONTRATANTE ou mesmo solidariamente, obriga-se a CONTRATADA a ressarcir ao CONTRATANTE o valor despendido por esta, devidamente corrigido desde a data do efetivo desembolso, inclusive despesas processuais e honorários advocatícios.

§ 5º O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, quando não forem prévia e expressamente autorizados pelo CONTRATANTE.

§ 6º Todas as obrigações aqui assumidas pela CONTRATADA são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

§ 7º A CONTRATADA é diretamente responsável pelos atos de seus empregados e prepostos, bem como pelos terceiros por ela contratados ou de qualquer forma autorizados ou credenciados.

CLÁUSULA SEXTA – DOS BENEFICIÁRIOS

São considerados beneficiários:

- a) titulares: empregados celetistas e dirigentes da CBDU;
- b) dependentes: cônjuges, companheiros, filhos até 24 anos, filhos inválidos, enteados e adotados conforme TR.

Parágrafo único. Inclusões e exclusões serão sempre solicitadas pelo titular.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

A vigência deste contrato será de **12 meses**, contados da assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, até o limite previsto na Política de Compras da CBDU, mediante acordo entre as partes e manifestação expressa com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O Contrato poderá ser rescindido por:

- a) acordo entre as partes;
- b) denúncia unilateral, mediante aviso prévio de 30 dias;
- c) inadimplemento contratual;
- d) falência, liquidação, incorporação ou fusão sem prévia anuência;
- e) incapacidade técnica, má-fé ou irregularidades comprovadas.

Parágrafo único. Em caso de rescisão motivada por culpa da CONTRATADA, caberá à CONTRATANTE exigir ressarcimento por perdas e danos.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em caso de inexecução total, parcial, ou qualquer outra inadimplência, sem motivo de força maior, a contratada estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:

I. Por atraso injustificado:

- a. multa de 1% (um por cento) ao dia de atraso, até o 30º (trigésimo) dia, incidente sobre o valor do contrato, limitado esse percentual a 10% (dez por cento); e
- b. multa de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, incidente sobre o valor do contrato, sem prejuízo da rescisão deste a partir do 40º (quadragésimo) dia de atraso.

II. Pela inexecução total ou parcial do objeto:

- a. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações consideradas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Confederação;
- b. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato; e
- c. Suspensão temporária de participar em processo seletivo e impedimento de contratar com a CBDU, por um prazo de até 2 (dois) anos, inclusive quando recusar-se a assinar o Contrato, não manter a Proposta Financeira apresentada, apresentar declaração ou documentos falsos ou por reincidência de penalidade aplicada anteriormente.

§ 1º As multas estabelecidas são independentes e terão aplicação cumulativa e consecutivamente, de acordo com as normas que regem o processo seletivo, mas somente serão definitivas depois de exaurida a fase de defesa prévia da Contratada.

§ 2º Quando não pagos em dinheiro pela Contratada, os valores das multas aplicadas serão deduzidos dos pagamentos devidos e, quando for o caso, cobrados judicialmente.

§ 3º Quando se tratar de inexecução parcial, o valor da multa será proporcional ao valor do produto que deixou de ser entregue.

§ 4º Em caso de reincidência por atraso injustificado será a futura Contratada penalizada nos termos da Política de Compras da CBDU.

§ 5º As penalidades previstas neste Contrato e no Edital e seus anexos não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

§ 6º Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à CONTRATADA, constando o fundamento legal, excluídos os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

§ 7º As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do material, apresentação da nota fiscal e aceite pelo fiscal do contrato.

§ 1º Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a. Atestação de conformidade da entrega do(s) produtos;
- b. Comprovação de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- c. Comprovação de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
- d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

§ 2º O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou boleto bancário.

§ 3º Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

§ 4º Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua (re)apresentação, devidamente regularizadas.

§ 5º A CONTRATANTE se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

§ 6º Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

§ 7º A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

§ 8º A cada pagamento, a CONTRATADA deverá manter as condições de habilitação, observadas as seguintes condições:

- a. constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, o CONTRATANTE providenciará a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa; e

b. o prazo da alínea anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério do CONTRATANTE.

§ 9º Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência. Sendo o atraso decorrente do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, não gerará direito ao pleito de reajustamento de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

O contrato não sofrerá reajuste no primeiro ano, salvo disposição legal.

Parágrafo único. Nos períodos de prorrogação, o reajuste seguirá:

- a) índice INPC/IBGE, conforme Edital;
- b) hipótese de extinção: aplicação do índice substituto previsto em lei;
- c) na ausência, escolha conjunta de índice oficial;
- d) reajuste mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO

A gestão do presente Contrato será realizada pelo CONTRATANTE, por intermédio do(a) Diretor Administrativo, em função do objeto estar vinculado àquela Diretoria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

A CBDU declara que todos os dados pessoais coletados para os fins da execução deste edital serão tratados em conformidade com os princípios e direitos previstos pela Lei Federal n. 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) e com a Política Interna de Proteção de Dados da CBDU.

Parágrafo único. O tratamento dos dados pessoais coletados será realizado pelo período que durar a vigência do Edital, após o qual serão permanentemente excluídos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

De acordo com a legislação vigente, o Contrato poderá sofrer acréscimos e supressões, de acordo com a necessidade da CBDU, até o limite previsto na Política de Compras, mediante justificativa e termo aditivo.

§ 1º Fica expressamente proibido à CONTRATADA subcontratar outras empresas para realizar o objeto deste Contrato, a não ser com expressa autorização do CONTRATANTE

§ 2º Durante a vigência deste Contrato, qualquer comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito.

§ 3º Toda e qualquer alteração contratual só poderá ser realizada por meio de Termo Aditivo.

§ 4º Além das obrigações previstas no presente Edital, a CONTRATADA é responsável por danos causados por negligência, imperícia ou imprudência, causados a terceiros, nos termos do arts. 186 e 927 do Código Civil Brasileiro.

§ 5º Os casos de incorreções que apresentem vícios de ilegalidade ensejarão a rescisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o Foro de Brasília - DF, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente Contrato.

E por estarem de acordo, assinam, digitalmente/eletronicamente, o presente Instrumento para que se alcancem os efeitos jurídicos desejados, ficando garantido à CONTRATADA a possibilidade de assinatura em meio físico, caso não possua assinatura com certificação digital.

Brasília – DF, ____ de _____ de 2025.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO
CONTRATANTE

CONTRATADA